

A história medieval e os desafios da contemporaneidade na França¹

The medieval history and the challenges of the contemporaneity in France

Stéphane Boissellier
Universidade de Poitiers

Resumo

O trabalho aqui apresentado traz um balanço reflexivo sobre a produção acadêmica francesa no âmbito da história medieval, destacando as principais questões institucionais e tendências intelectuais que afetam o historiador francês na contemporaneidade.

Palavras-chave: Idade Média ; Historiografia Francesa ; História Intelectual.

Abstract

The work here presented brings a reflective balance on the French academic production in medieval history, highlighting the main institutional issues and intellectual trends that affect the French historian in contemporaneity.

Keywords: Middle Ages; French Historiography; Intellectual History.

-
- Enviado em: 15/09/2011
 - Aprovado em: 29/11/2011

¹ Esta contribuição serve apenas de (leve) fundamento, pelo lado “francês”, à problemática do confronto entre historiografias medievais brasileira e francesa, sobre a qual esboçamos uma nota em BOISSELLIER (Stéphane): « Le dialogue avec une nouvelle historiographie médiévisique : autour d’un ouvrage et d’une table-ronde récents » in. *Cahiers de civilisation médiévale* 54 (fasc. 214). Poitiers. 2011, pp 215-222.

Como prova-o a presença de vários medievalistas brasileiros em França e franceses no Brasil, o estudo da Idade média tornou-se mundial, ainda que a noção cronológica à origem deste campo de estudo seja relevante apenas para uma pequena parte do mundo, o Ocidente europeu, e, ao rigor, o mundo arabomuçulmano e o Japão. A França muito tempo foi um país motor neste domínio, e, embora a sua influência tenha recuado fortemente, pode ser ainda útil elaborar um balanço dos nossos contributos². Se a historiografia francesa continua a suscitar certo interesse, não é tanto devido às suas audácias como ligado à massa dos trabalhos e graças à tradição que têm os medievalistas franceses de trabalhar sobre regiões externas ao seu próprio país, criando assim relações com a Itália, a Espanha, o Magrebe, a Grécia, os países do Médio Oriente³...

1. História medieval e sociedade francesa⁴

Nos 30 últimos anos, o lugar dos estudos medievais na sociedade francesa evoluiu, mas de maneira bastante pouco sensível. Sem estar a falar das publicações especializadas, que se multiplicam de maneira vertiginosa mas que encontram um público ínfimo, as obras de vulgarização sobre a Idade Média não são muito mais em retrocesso que os outros livros de ciências humanas (com excepção das biografias) ; se são-no um pouco mais, é devido à crescente falta da cultura necessária para apreciar realmente os tempos medievais. Só alguns sectores conhecem sucessos de livrarias, quer os de exotismo medieval tradicional (castelos, bruxaria, vida diária, arte militar, Templários), quer os que estão ou parecem ligados a problemas contemporâneos (as Cruzadas, sobretudo, depois do ataque do World Trade Center por al-Qaida, o 11 de setembro de 2001).

² Embora emita algumas opiniões pessoais no breve panorama esboçado aqui, não pretendo renovar em tão poucas páginas uma reflexão (quase uma introspecção) historiográfica muito desenvolvida no medievalismo francês actual ; citarei apenas sínteses de LE GOFF (Jacques) /SCHMITT (Jean-Claude) : « L'histoire médiévale » in. *Cahiers de civilisation médiévale X-XIIIe siècles* 39 (n° 153-154) (« La recherche sur le Moyen Âge à l'aube du vingt-et-unième siècle »). CESCUM/Université de Poitiers. Poitiers. 1996, pp 9-25 e IOGNA-PRAT (Dominique) : « La sortie du gué ? Retour sur l'histoire du Moyen Âge en France (1998-2008) » in. *Le Moyen Âge vu d'ailleurs : voix croisées d'Amérique latine et d'Europe* (Eliana Magnani dir.) (collection « Sociétés »). Editions Universitaires de Dijon. Dijon. 2010, pp 175-186.

³ O papel de Escolas francesas (Ecole Française de Rome, Ecole Française d'Athènes, Casa de Velázquez, em Madrid, Institut Français du Proche-Orient, principalmente em Beirute e Damasco, Institut Français d'Archéologie Orientale, no Cairo...) muito vertidas na dimensão histórica das culturas estrangeiras nesse internacionalismo é inegável.

⁴ Encontrara-se uma reflexão desenvolvida sobre a legitimidade social da história medieval em MORSEL (Joseph) DUCOURTIEUX (Christine) : *L'histoire (du Moyen Âge) est un sport de combat... Réflexions sur les finalités de l'histoire du Moyen Âge destinées à une société dans laquelle même les étudiants d'histoire s'interrogent*. LAMOP-Paris I. 2007 (lamop.univ-paris1.fr/IMG/pdf/SportdecombatMac.pdf) ; muito mais sintético será OSCEMA (Klaus) : « Les Europes des médiévistes. Remarques sur la construction d'une identité entre science historique et actualité politique » in. *Etre historien du Moyen Âge au XXIe siècle. XXXVIIIe congrès de la SHMESP (Cergy-Pontoise, Evry, Marne-la-Vallée, Saint-Quentin-en-Yvelines, 31 mai-3 juin 2007)* (coll. « Histoire ancienne et médiévale », 98). Publications de la Sorbonne. Paris. 2008, pp 37-50.

Para além da leitura de livros, de qualquer modo em declínio, uma Idade média fantasiada, ao limite da ignorância, suscita no grande público um apreço inegável e crescente, enquanto servindo para saciar as necessidades de uma sociedade de lazes : dado a abundância dos vestígios materiais medievais na França, os simulacros de banquetes, de festas, de torneios... localizam-se de preferência no período medieval. Um aspecto positivo deste sucesso ambíguo, mas que beneficia apenas à sectores limitados da medievalidade (sobretudo à história da arte), é o interesse bastante largo para todas as produções plásticas medievais – o que preenche o museu de Cluny, em Paris, e as catedrais – e até para a literatura, principalmente a novela cortês ; certas gravações musicais, como as *Cantigas de Santa Maria*, conhecem um sucesso comercial surpreendente (como, há 35 anos, o efeito de moda, mas esta vez em redor de um livro, o *Montaillou, village occitan* de E. Roy Ladurie).

Mas, desde a morte de G. Duby e a reforma de J. Le Goff, nenhum medievalista tem uma verdadeira audiência mediática. Este retrocesso implica sobretudo as relações dos meios universitários e académicos com as outras elites, nomeadamente os meios de comunicação e da política, dos quais falarei adiante. Mas, mais largamente, a palavra dos historiadores apenas é entendida quando refere-se a tempos recentes ; por falta de cultura, as sociedades modernas perdem a sua memória longa – ou antes, constroem-na sem intervenção do historiador, como finalmente quase sempre o fizeram. Com efeito, a história é a única ciência humana a conservar a forma do relato, e as elites políticas percebem-na a justo título como incapaz de propôr esquemas operacionais para pensar o mundo, presente ou passado, fora da história contemporânea : o sustento pelos fundos públicos de eruditos e narradores de história não aparece como uma necessidade política.

Os estudos medievais inscrevem-se mais largamente na evolução do ensino superior e da investigação (que não são totalmente confundidos em França, por causa da existência do Cnrs, ao lado das Universidades). Certamente, a sensível baixa dos efectivos estudantes desde uma dezena de anos não é mais marcada no estudo da história que em outras disciplinas, como as línguas, a sociologia ou a filosofia ; mas se os estudantes sentem uma vaga simpatia para a Idade Média a nível da licenciatura (por razões que não são muito mais fundadas que as do grande público), recuam depois devido às exigências técnicas da médiévalística e ainda mais por causa do presentismo de que são impregnados - assim, no último ciclo (de 3 anos) do ensino secundário, receberam quase apenas cursos de história contemporânea e encarando principalmente o período posterior à Segunda Guerra Mundial ! Se a via da facilidade (por exemplo em direcção da história contemporânea) explica-se pelas evoluções culturais relativas ao conjunto da sociedade, a forte baixa de efectivos que golpeia os masters de história medieval desde uma dezena de anos justifica-se igualmente pelo

facto de estes diplomas, numa classificação utilitarista absurda, serem qualificados, na sua quase totalidade, de pura formação “à investigação”, e oporem-se aos masters ditos “profissionais” (os quais referem-se quase exclusivamente ao património histórico material, ou seja às disciplinas de história da arte e arqueologia).

Curiosamente, este fenómeno tem ainda poucas consequências sobre a fase académica posterior, isto é as investigações doutorais. Como todos os países sujeitos ao sistema LMD, a duração das teses foi encurtada fortemente, tomando por modelo as ciências duras, enquanto que as disciplinas culturais necessitam uma acumulação de saber incompressível ; a formação inicial necessária para a exploração do passado medieval obriga por conseguinte os investigadores principiantes a pedir numerosas derrogações para além dos 3 anos legais da tese, para terminar um trabalho correcto. Mas aquilo não impede o número de teses em história medieval de continuar elevado (cerca de uma centena de defesas por ano⁵) – o que coloca um outro problema, o das oportunidades profissionais dos novos doutores...

Do lado do enquadramento destas investigações, a pressão política tornou-se considerável ; como em todos os países desenvolvidos, os dogmas neoliberais desviam os financiamentos públicos fora da cultura. Num contexto de crise geral da investigação, ligada mais precisamente, desde alguns anos, à modalidades técnicas como a autonomia das universidades e o retalho do CNRS em institutos, a história dos tempos pré-industriais sofre particularmente de certas orientações implícitas : na redistribuição dos postos, as ciências humanas sobrevivem apenas pelos seus efectivos estudantes, mas muitos dos postos de professores-investigadores, particularmente em história medieval, são perdidos em proveito do ensino da informática, da engenharia ou do *business*, que produzem um saber com utilidade imediata.

Por último, o velho desejo dos governos de gerir directamente a investigação, sem associar os próprios investigadores às grandes orientações, desemboca em grandes dificuldades para financiar os programas e as manifestações mais adequado/as às nossas práticas ; imitando a União Europeia com os seus European Science Foundation e European Research Council, a fundação de grandes agências (Agence Nationale de la Recherche = ANR, Agence d’Evaluation de la Recherche et de l’Enseignement Supérieur = AERES), cujo princípio é *Big is beautiful*, e a multiplicação de programas temáticos constroem o investigador a organizar projectos pesados e artificiais. Ao extremo, esta tutela político-administrativa produz “leis memoriais” ; certo é que se referem principalmente aos tempos recentes (a escravidão, a negação dos genocídios do séc. XX, a

⁵ É muito difícil avaliar esse número : o site da principal associação de medievalistas franceses, a SHMESP (Société des Historiens Médiévistes de l’Enseignement Supérieur Public), regista 42 defesas para o ano de 2009, mas o registo, que depende da boa vontade dos directores, é uma prática recente, e é longe de abranger toda a realidade.

colonização europeia), mas podemos temer que, mais geralmente, o “politicamente correcto” acompanhando a subida dos comunitarismos torne difícil o estudo de certos aspectos especificamente medievais da história, como as Cruzadas ou o contributo da ciência arabomuçulmana à cultura ocidental (que tem dado lugar recentemente à uma controvérsia desproporcionada, indo além mesmo dos meios universitários⁶). É verdadeiro que são precisamente estes aspectos que fascinam o grande público.

2. As tendências intelectuais da investigação

Do ponto de vista epistemológico, é necessário sempre partir da “escola” dos Annales, que fundou, nos anos 1930, o papel de motor da historiografia francesa (não somente no campo medieval, por certo). A grande originalidade desta “escola” era a concepção, revolucionária, de uma história social, ou seja de uma história global, integrando todos os fenómenos que se produzem num grupo dado (este sendo o mais largo possível, com a ambição implícita de estabelecer esquemas funcionando para todo o Ocidente) ; para o efeito, os fundadores pensavam que os historiadores, que eram sobretudo anteriormente técnicos dos textos antigos, deviam assimilar os métodos e os conceitos das outras ciências humanas, como a geografia, a sociologia e a etnologia – depois, nos anos 1970, a antropologia veio de juntar-se à estas disciplinas e tomou, como sabe-o-se, quase todo seu lugar⁷.

Esta ambição totalizadora falhou, e não só na França ; abandonando o laço social, que era ao meu sentido o melhor prisma para uma abordagem multi-dimensional dos homens do passado, a antropologia histórica, que conheceu um sucesso fulgurante, multiplicou tanto os objectos de estudo que estes ficaram muito pontuais, ao ponto que se fala actualmente de “história em migalhas” (F. Dosse)⁸. As exigências, sempre mais pesadas, de formação dos medievalistas levam também a acantonar-se a campos de investigação muito precisos. Por último, sem podermos distinguir realmente a causa e o efeito, este recesso sobre domínios restritos é pelos menos paralelo à uma atomização das formas de comunicação dos resultados da investigação : a multiplicação ultrajante dos colóquios e das revistas leva os investigadores a estudar muito precisamente pequenos dossiês documentais sem nunca chegar a sintetizar. A atomização das investigações permite revestir-se do

⁶ Controvérsia desencadeada pelo livro de GOUGUENHEIM (Sylvain) : *Aristote au Mont St-Michel. Les racines grecques de l'Europe chrétienne* (coll. « L'Univers historique »). Seuil. Paris. 2008.

⁷ Denunciámos o abandono das tradicionais e frutíferas alianças com ciências sociais “irmãs” em BARON (Nacima) BOISSELLIER (Stéphane) : « Sociétés médiévales et approches géographiques : un dialogue de sourds ? » in. *Etre historien du Moyen Âge au XXIe siècle. XXXVIIIe congrès de la SHMESP (Cergy-Pontoise, Evry, Marne-la-Vallée, Saint-Quentin-en-Yvelines, 31 mai-3 juin 2007)* (coll. « Histoire ancienne et médiévale », 98). Publications de la Sorbonne. Paris. 2008, pp 163-177.

⁸ DOSSE (François) : *L'histoire en miettes. Des « Annales » à la « nouvelle histoire »*. La Découverte. Paris. 1987.

casaco da pluri-disciplinaridade (a qual permaneceu a palavra chave dos ministérios desde os anos 1970, sob a influência de F. Braudel e da Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales “fundada” por ele) : quando cada um é especialista de um minúsculo pedaço do saber, qualquer reunião constitui uma “equipa” para analisar tal objecto (incluindo, mas de maneira frequentemente artificial, um(a) especialista de uma ciência humana vizinha ou mesmo, para os arqueólogos, de uma ciência dura, como a geologia ou a paléo-botânica).

Este recesso explica-se também, mais profundamente, pelo questionamento dos grandes paradigmas. A evolução conceptual (que é, às vezes, apenas uma introdução de conceitos onde havia sobretudo ideias simples) é sempre legítima, mas toma frequentemente a forma de uma rejeição brutal, ligada à tradição académica recente de “matar o pai” (assim, no debate muito franco-francês em redor da “mutação” do ano 1000)⁹. Para um medievalista como Alain Guerreau, autor de uma obra bastante difundida¹⁰, todas nossas categorias para pensar o passado são anacrónicas porque procedentes das diversas revoluções sociais e culturais que conheceu o Ocidente europeu a partir do século XVIII, e são portanto incapazes de colocar correctamente os problemas ; num discurso que frisa frequentemente o pedantismo, o autor não faz finalmente mais que “descobrir a água quente”, dado que se trata de um velho debate entre os etnólogos, o do papel para dar às “categorias indígenas” : conservar a palavra *Ecclesia* em vez de falar de “Igreja” não resolve qualquer problema...

Em contrapartida, certas inflexões, menos ruidosas, são susceptíveis de reorientar certos inquéritos ; assim, o campo, ao meu parecer essencial, da história económica medieval, é abandonado desde os anos 1980, porque os historiadores fizeram a falta de adoptar sem crítica as categorias da economia política, rígidas e inaptas a dar conta do que são a produção e as trocas de bens no mundo medieval, não somente para os próprios actores mas sobretudo na lógica global do sistema social¹¹. Por exemplo, os inquéritos recentes sobre o mercado da terra e as rendas senhoriais, lançados por M. Bourin com base na sociologia e na antropologia económica (acerca de

⁹ Sobre o assunto – que foi, no seu começo, uma querela quase pessoal entre Guy Bois e Robert Fossier, na qual logo interviram Pierre Toubert, a propósito da economia carolíngia, e sobretudo Dominique Barthélémy, acerca da interpretação dos textos, este último com uma certa virulência, incluindo a herança de G. Duby na discussão –, ver a obra « fundadora » de BOIS (Guy) : *La mutation de l'an mil. Lournand, village mâconnais de l'Antiquité au féodalisme*. Fayard. Paris. 1989 e as reformulações propostas em *Médiévales* 21 (« L'an mil. Rythmes et acteurs d'une croissance »). St-Denis. 1991.

¹⁰ GUERREAU (Alain) : *L'avenir d'un passé incertain. Quelle histoire du Moyen Âge au XXIe siècle ?* Ed. du Seuil. Paris. 2001.

¹¹ Cf FELLER (Laurent) : « Histoire du Moyen Âge et histoire économique (Xe-XVe siècle) en France » in. *Dove va la storia economica ? Metodi e prospettive, secc. XIII-XVIII / Where is economic history going ? Methods and prospects from the 13th to the 18th centuries. Atti della « Quarantaduesima Settimana di Studi » 18-22 aprile 2010* (Francesco Ammannati éd.) (Fondazione Istituto internazionale di Storia economica « F. Datini », Prato, Serie II – Atti delle « Settimane di Studi » e altri convegni, vol. 42). Firenze University Press. Florence. 2011, pp 39-60.

objectos que se pensava serem “propriedades” da ciência económica !), desentupiram o beco no qual as investigações anteriores perderam-se¹².

A antropologia histórica, focalizada sobre as representações mentais e a dimensão simbólica dos *artefacts* e dos feitos sociais, provocou também um abalo na distribuição dos temas de investigações. A abordagem subjectiva invadiu a historiografia medieval francesa, o que explica ao mesmo tempo o triunfo da história religiosa e política e a focalização sobre os testemunhos pontuais, de natureza antes “literária” (ou seja compostos sabiamente) ; afinal, é sobre o actor individual que se focaliza a abordagem, o que é provado pelo êxito das biografias. Os dados objectivos da existência humana – aqueles que não somente não são construídos pelo sujeito consciente, mas que lhe escapam devido aos “efeitos de sistema” –, como os processos de produção, os circuitos de trocas, a inserção social... são abandonados cada vez mais, ao mesmo tempo porque estes dados não são analisáveis à escala das unidades documentais (os actos e até os registos administrativos), e porque o actor é lá escondido pelo grupo¹³. A preocupação de atingir a consciência mesma dos homens, que era já a ambição da história das mentalidades nos anos 1970, levou a negligenciar a abordagem colectiva ; é dramático, porque, fora dos reis e de certos escritores, a imensa maioria dos destinos medievais são-nos acessíveis e tomam sentido apenas colocados em movimentos gerais.

Certamente as interrogações relativas às trocas entre os homens (e a sua eventual mediação por instituições e normas) não desapareceram, mas são actualmente monopolizadas pelos arqueólogos¹⁴. Com efeito, a arqueologia medieval, de aparecimento tardio na França (em relação aos países anglo-saxões) e mais ou menos contemporânea da subida da antropologia histórica, criou uma fractura ; influenciados mais ou menos conscientemente por um materialismo ligeiramente simplista e pelo *linguistic turn*, arqueólogos e historiadores dos textos compartilharam-se o trabalho: aos primeiros “as realidades” (o que subentende que só a matéria tem uma realidade) e aos segundos as construções discursivas supostas revelar só os sistemas de pensamento e os

¹² *Le marché de la terre au Moyen Âge* (dir. Laurent Feller / Chris Wickham) (« Collection de l'EFR », 350). EFR. Rome. 2005 e *Pour une anthropologie du prélèvement seigneurial dans les campagnes médiévales (XIe-XIVe siècles). Réalités et représentations paysannes. Colloque tenu à Medina del Campo du 31 mai au 3 juin 2000* (Monique Bourin / Pascual Martínez Sopena éd.) (coll. « Histoire ancienne et médiévale » 68). Presses de la Sorbonne. Paris. 2004.

¹³ Contra essa tendência, no Cescm de Poitiers, tentámos de colocar o problema das minorias, muito estudado a partir dos anos 1970 numa perspectiva antropológica, enquanto mecanismo de uma articulação social global, cf BOISSELLIER (Stéphane) : « De la différenciation sociale à la minoration en passant par les régulations, quelques propositions » in. *Minorités et régulations sociales en Méditerranée médiévale. Actes du colloque réuni du 7 au 9 juin 2007 en l'abbaye royale de Fontevraud (Maine-et-Loire)* (éds. Stéphane Boissellier, François Clément et John Tolan). PUR. Rennes. 2010, pp 15-48.

¹⁴ CARTRON (Isabelle) BOURGEOIS (Luc) : « Archéologie et histoire du Moyen Âge en France : du dialogue entre disciplines aux pratiques universitaires » in. *Etre historien du Moyen Âge au XXIe siècle. XXXVIIIe congrès de la SHMESP (Cergy-Pontoise, Evry, Marne-la-Vallée, Saint-Quentin-en-Yvelines, 31 mai-3 juin 2007)* (coll. « Histoire ancienne et médiévale », 98). Publications de la Sorbonne. Paris. 2008, pp 133-148.

sentimentos. Se certos historiadores dos textos, pouco numerosos, apoderam-se ainda das *realia*, é para encontrar naquelas a dimensão espacial. Há mesmo actualmente um certo abuso da “espacialização”, dado que este conceito de espaço provem mais da antropologia, mais uma vez, que da geografia¹⁵.

A dominação actual da história das crenças religiosas e do dogma é vinculada também, para além dos seus fundamentos epistemológicos, à ambição (geralmente inconfessada) de atingir o grande público, dado que este último retém actualmente na Idade média sobretudo a sua dimensão religiosa (enquanto “a idade da fé”); numa sociedade francesa descristianizada muito precocemente (à escala europeia) e que procura actualmente valores morais, a fascinação para o grande milénio cristão voltou a ser positiva (depois de uma longa fase de laicismo claramente anticlerical). O declínio paralelo da história socioeconómica tem também causas que excedem as posições conceptuais; os estudos neste domínio eram efetuados sobretudo no âmbito de teses de Estado, sob a forma, tipicamente francesa (devido à relação com a geografia), de grandes monografias regionais; ora, este quadro de estudo, que necessita amplos trabalhos em arquivos, tornou-se incompatível com a duração encurtada dos doutoramentos¹⁶. Com efeito, tradicionalmente na França, o estudo das estruturas e dinâmicas colectivas das épocas medieval e moderna é fundado sobre a exploração das fontes da prática, que são pontuais e descontínuas – ao ponto que a história do direito (fundada em textos doutrinários) e a história social quase ignoram-se. Além de uma espécie de preguiça ou de um efectivo desinteresse cultural, creio que há nesta evolução uma predilecção para as fontes “sintéticas”, onde cada escrito parece bastar-se a si próprio. Isto explica o regresso actual dos estudos sobre a alta Idade Média, onde os textos literários e legislativos são bem mais numerosos que os actos.

Resumidamente, parece-me que vários colegas medievalistas encaram cada vez mais a sua disciplina como outra coisa que uma ciência, com um certo esnobismo e uma falta total de sentido político. O “regresso da erudição” faz dos historiadores dos tempos pré-industriais os detentores de um saber específico (e quase esotérico aos olhos do vulgar, com o vago prestígio de que goza o mistério) mas meramente técnico. Outros, devido ao papel dos textos (e da dimensão estética de muitos monumentos materiais) na apreensão do passado, fazem da história um ornamento do

¹⁵ Tentámos de levantar o ponto da situação epistemológica em BOISSELLIER (Stéphane) : « Introduction à un programme de recherches sur la territorialité : essai de réflexion globale et éléments d’analyse » in. *De l’espace aux territoires : la territorialité des processus sociaux et culturels au Moyen Âge. Actes de la table-ronde des 8-9 juin 2006, CESCO (Poitiers)* (Stéphane Boissellier éd.) (coll. « Culture et société médiévales » 19). Brepols. Turnhout. 2010, pp 5-85.

¹⁶ Ver o breve artigo de jornal, cheio de humor mas também de perspicácia, de LE ROY LADURIE (Emmanuel) : « Apologie pour les damnés de la thèse » in. *Le territoire de l’historien* (coll. « Tel » 19). Gallimard. Paris. 1973, pp 537-542.

espírito, próximo do romance, em qualquer caso uma disciplina situada no seio das belas-letas¹⁷. Nesta perspectiva, a história, navegando entre criatividade e técnicas e exprimindo-se na forma do relato, seria uma acumulação de factos contingentes, e seria incapaz de dar sentido ao real – o que fundamenta o desprezo dos actuais dirigentes políticos par com as “letras”.

Em conclusão, não é necessário sermos exageradamente pessimistas, como certos títulos sensacionais situando a historiografia francesa “ao bordo do penhasco” (R. Chartier)¹⁸ ou “no meio do vau” (D. Iogna-Prat)¹⁹. Ainda que os medievalistas franceses, na sua maturidade, produzem cada vez menos aquelas potentes sínteses problemáticas que fizeram a sua glória e que foram em muitos países (nomeadamente no Brasil), numerosas teses defendidas cada ano têm um alto nível. Se os problemas logísticos e financeiros são vitais para os arqueólogos, os historiadores dos textos podem melhor sobreviver às reformas institucionais mais prejudiciais, enquanto houver arquivos públicos e bibliotecas universitárias. Como dizia G. Duby nas suas memórias, “a história continua”²⁰...

¹⁷ Endureço apenas a posição de BOUCHERON (Patrick) : *Faire profession d'historien*. Publications de la Sorbonne. Paris. 2010, na 5ª parte do livro ; vários estudos no volume *Territoires (Les) du médiéviste* (dir. Benoît Cursente et Mireille Mousnier) (coll. « Histoire »). PUR. Rennes. 2005, ao denunciarem a imprecisão semântica do léxico sobre o espaço rural por grandes mestres (Marc Bloch, Georges Duby, Robert Boutruche...) em obras primas, mostram que o historiador, para observar o rigor científico, deve fugir a poética.

Claro é que uma bela formulação pode seduzir, convencer e até suscitar ideias melhor que uma rigorosa e pesada demonstração retórica.

¹⁸ CHARTIER (Roger) : *Au bord de la falaise. L'histoire entre certitudes et inquiétudes*. Paris. 1998.

¹⁹ SCHMITT (Jean-Claude) / IOGNA-PRAT (Dominique) : « Une historiographie au milieu du gué. Trente ans d'histoire médiévale en France » in. *Les tendances actuelles de l'histoire du Moyen Âge en France et en Allemagne. Actes des colloques de Sèvres (1997) et Göttingen (1998) organisés par le CNRS et le Max-Planck-Institut für Geschichte* (Jean-Claude Schmitt et Otto Gerhard Oexle dir.) (coll. « Histoire ancienne et médiévale » 66). Publications de la Sorbonne. Paris. 2002, pp 399-424.

²⁰ DUBY (Georges) : *L'histoire continue* (coll. « Points. Odile Jacob »). Seuil. Paris. 1991.